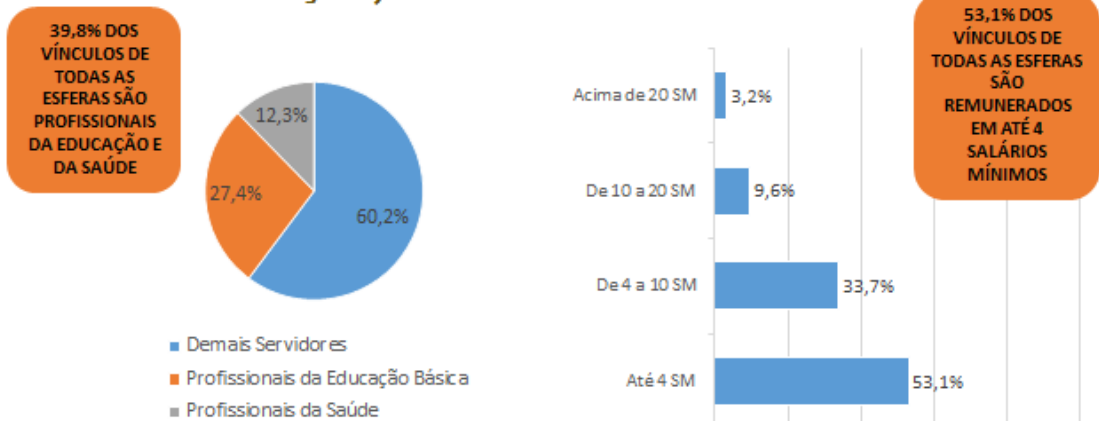


Critica ao estudo da CNI que distorce dados do funcionalismo no Brasil

- O serviço público brasileiro não tem excesso de pessoal, como reconhece a Nota Econômica nº 15/2020. Temos 12,5% de empregados no setor público, contra 21,1% na média da OCDE. Ou seja, possuímos déficit de pessoal na comparação com países que prestam mais serviços à sua população.
- Afirma-se que as despesas com servidores públicos ativos e inativos no Brasil alcançam 13,4% do PIB, enquanto a média da OCDE seria de 9,9% do PIB. O equívoco está no fato de que a estatística citada, da base de dados do Fundo Monetário Internacional – FMI, se circunscreve aos servidores públicos em atividade, não incluindo aposentados.
- Além desse erro grosseiro, a CNI desconsidera que os dados do FMI não são bem padronizados, distorcendo a comparação entre países. Enquanto no Brasil as despesas intra-orçamentárias (contribuição do governo aos Regimes Próprios) e a imputação contábil do déficit previdenciário inflam os gastos com pessoal apresentados ao FMI, na maior parte dos países da OCDE isto não é feito. Sem as imputações, o gasto com servidores ativos no Brasil está no mesmo patamar do que a média da OCDE.
- na questão salarial, os números da CNI se reportam a outra instituição multilateral, o Banco Mundial, em particular a um estudo também repleto de inconsistências metodológicas. A realidade é que 93% do funcionalismo brasileiro está no Poder Executivo, com média salarial de R\$ 4.200,00
- Cabe lembrar que, com base na cesta mais cara, que, em setembro, foi a de Florianópolis (R\$ 582,40), o DIEESE estima que o Salário Mínimo Necessário, na qual deveria ter sido equivalente a **R\$ 4.892,75, o que corresponde a 4,68 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.045,00.** O cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. Em agosto, o valor foi estimado em R\$ 4.536,12 ou 4,34 vezes o piso vigente.



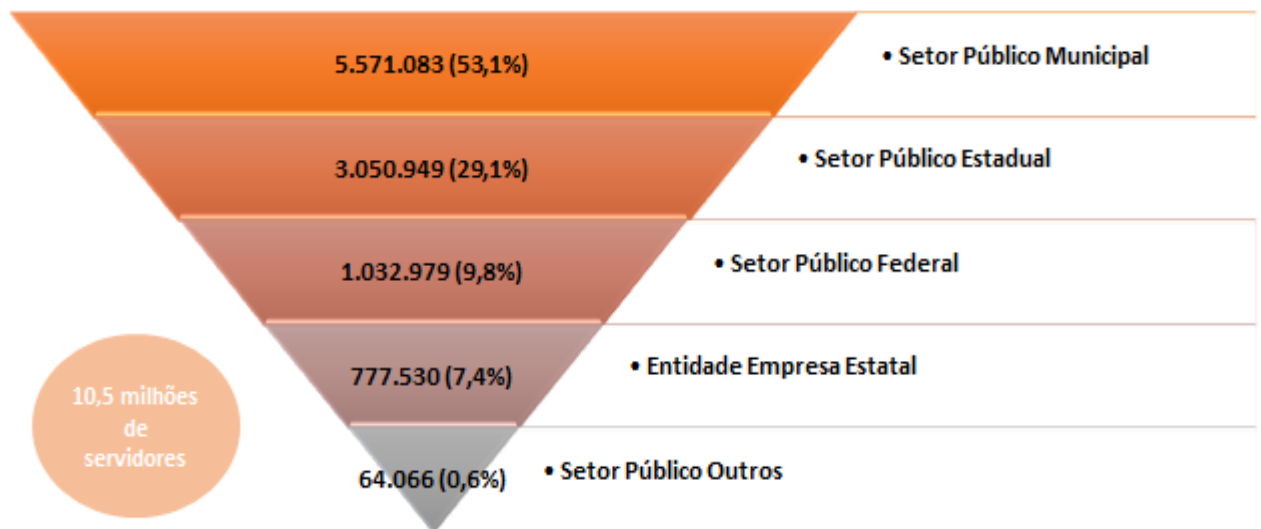
DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS DOS SERVIDORES POR FAIXAS DE REMUNERAÇÃO E POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO, BRASIL 2018.



- Essa média aumenta no âmbito federal em função de diversos fatores, dentre os quais a complexidade de atribuições (na União, por exemplo, 75% dos servidores ativos têm graduação ou pós-graduação, contra cerca de 10% na iniciativa privada). Os pontos fora da curva em termos remuneratórios devem ser tratados como tal, nunca como regra.
- As despesas com servidores no Brasil, em nível federal, estão estabilizadas em percentual do PIB há mais de 20 anos e muito abaixo do limite permitido pela LRF, mesmo com a estagnação do PIB e das receitas no período recente.
- Nos níveis estadual e municipal, o crescimento do gasto pós Constituição de 1988 deriva das maiores atribuições desses entes na prestação direta de serviços à população, notadamente em educação, saúde e segurança. Não há descontrole nem explosão de despesas com o funcionalismo.
-
- Na prática, a reforma administrativa é condicionada pela ideologia do Estado mínimo e pelas políticas de austeridade centradas nos cortes de despesa que dificultam a retomada dos investimentos e do crescimento, desprotegem quem mais precisa dos serviços públicos de saúde, educação, assistência etc., e desorganizam – ao invés de aperfeiçoar – a administração governamental.



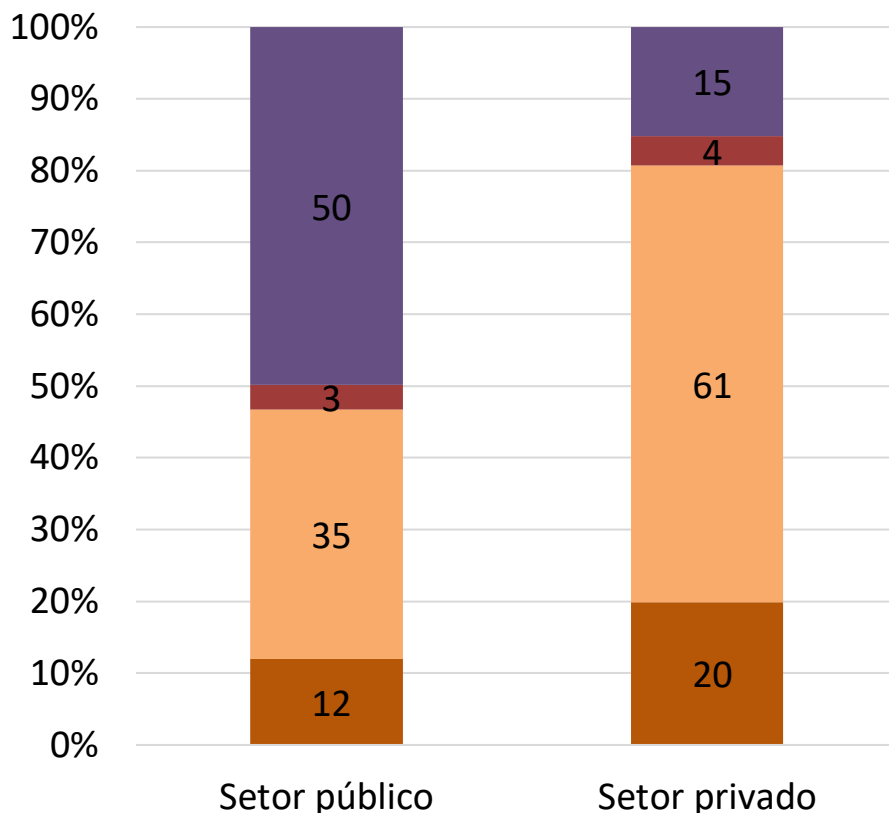
NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS SEGUNDO NATUREZA JURÍDICA - BRASIL



Fonte: RAIS 2018/Ministério da Economia. Elaboração: Dieese

DIEESE

- Dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2018 demonstram a significativa diferença existente sob o ponto de vista da escolaridade do setor público em relação ao setor privado, onde mais de 50% dos servidores públicos possuem nível superior incompleto, completo ou mais.



- Superior completo ou mais
- Superior Incompleto
- Médio completo e incompleto
- Até Fundamental completo

- Quanto à trajetória das despesas previdenciárias, com exceção dos militares, foi equacionada em nível federal com a introdução da previdência complementar em 2013 e com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103/2019, alterações que estão sendo seguidas pelos demais entes federados.
- A CNI poderia se preocupar com a retomada do dinamismo industrial, pois um dos entraves à volta do crescimento econômico no Brasil é a baixa produtividade da indústria e a desindustrialização. Atacar direitos sociais e salários, como na reforma trabalhista, e o serviço público, como agora, não vai melhorar a situação da indústria brasileira, ao contrário, a prejudica ainda mais, com o enfraquecimento do mercado interno e a desestruturação das políticas públicas, inclusive a industrial.